

# A abordagem contextual na organização dos arquivos pessoais: a experiência da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC)

*The contextual approach in the organization of personal archives: the experience of the Fernando Henrique Cardoso Foundation (FHC)*

**Renato de Mattos (1), João Filipe Souza Pimenta (2)**

(1) Departamento de Ciência da Informação (GCI) - Universidade Federal Fluminense (UFF), R. Prof. Lara Vilela, 126 - São Domingos, Niterói - RJ, renato\_mattos@id.uff.br. (2) filipe\_pimenta@id.uff.br

## Resumo

Os documentos de arquivo se diferem dos demais por sua natureza instrumental, que lhes é atribuída se neles for possível identificar seu produtor e contexto de produção. A autenticidade e o valor de prova são comumente associados à forma como os documentos foram produzidos, mantidos e preservados, e de como estes procedimentos podem ser comprovados. Por sua vez, para além dos aspectos custodiais, a autenticidade e o valor probatório também podem ser aferidos a partir da organicidade e do inter-relacionamento que todo documento de arquivo possui com os demais documentos que integram o mesmo conjunto. No âmbito dos arquivos pessoais, tal compreensão assume importância significativa, uma vez que grande parte da documentação produzida e acumulada por pessoas físicas não resultam de “rotinas processuais”, tampouco são mantidos e preservados de forma clara e objetiva por seus titulares e herdeiros. Reconhecendo a relevância que a abordagem contextual adquire tanto para a organização quanto para a descrição dos arquivos pessoais, analisaremos a metodologia adotada no tratamento da documentação custodiada pela Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC), destacando a sua importância enquanto ferramenta necessária à manutenção da autenticidade e do valor probatório em arquivos pessoais.

**Palavras-chave:** Arquivologia; Arquivos pessoais; Valor probatório; Autenticidade.

## Abstract

The archival documents differ from the others by their instrumental nature, which is attributed to them if it is possible to identify their producer and production context. Authenticity and evidential value are commonly associated with how documents were produced, maintained, and preserved, and how these procedures can be substantiated. In addition to the custodial aspects, authenticity and evidential value can also be measured from the organicity and interrelationships that every archival document has with other documents that are part of the same set. In the context of personal archives, such an understanding assumes significant importance, since much of the documentation produced and accumulated by individuals is not the result of "procedural routines", nor are they maintained and preserved in a clear and objective manner by their owners and heirs. Recognizing the relevance that the contextual approach acquires both to the organization and to the description of the personal archives, we will analyze the methodology adopted in the treatment of the documentation guarded by the Fernando Henrique Cardoso Foundation (FHC), highlighting its importance as a necessary tool for the maintenance of authenticity and of the evidential value in personal archives.

**Keywords:** Archival Science; Personal archives; Evidential value; Authenticity.

## 1 Introdução

Constituindo um dos conceitos-chave da teoria arquivística, o documento de arquivo se distingue de outros documentos pela natureza de sua produção. Recebidos e/ou produzidos no curso das atividades de uma pessoa ou instituição, os documentos de arquivo são capazes de “satisfazer os requisitos da legislação sobre o valor probatório e constituem a melhor forma não só de prova documental, mas de prova em geral” (DURANTI, 1994, p. 54-55). Nesse sentido, de acordo com Luciana Duranti (1994, p. 52), o caráter probatório do documento de arquivo é essencial tanto ao Direito, “que regula a conduta de nossa sociedade, como à História, que a explica”.

A autenticidade e o valor de prova são comumente associados à forma como os documentos foram produzidos, mantidos e preservados, e de como estes procedimentos podem ser comprovados. Com efeito, no universo dos documentos de arquivo, são considerados autênticos aqueles que “provêm de um local natural de custódia” (DURANTI, 1994, p. 54). Por sua vez, para além dos aspectos custodiais, a autenticidade e o valor probatório também podem ser aferidos a partir da organicidade e do inter-relacionamento que todo documento de arquivo possui com os demais documentos que integram o mesmo conjunto.

No âmbito dos arquivos pessoais, tal compreensão assume importância significativa, uma vez que grande

parte dos conjuntos documentais produzidos e acumulados por pessoas físicas não resultam de “rotinas processuais”, tampouco são mantidos e preservados de forma clara e objetiva por seus titulares e herdeiros. Nesse caso, a autenticidade e o valor probatório em arquivos pessoais dependem da identificação das circunstâncias contextuais que presidiram a produção dos documentos.

Reconhecendo a relevância que a abordagem contextual adquire tanto para a organização quanto para a descrição dos arquivos pessoais, analisaremos a metodologia adotada no tratamento da documentação custodiada na Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC), destacando a sua importância enquanto ferramenta necessária à manutenção da organicidade dos documentos de arquivos pessoais.

Respalhada pela Lei n. 8.394 de 1990, que reconhece os acervos documentais privados dos presidentes da República como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, a Fundação FHC reúne documentos produzidos por Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1995 e 2002, período em que esteve à frente da presidência da República do Brasil, além de um volume considerável de documentos relativos à sua atuação como sociólogo, senador e ministro da Fazenda e das Relações Exteriores. Ademais, nos termos da referida Lei, a Fundação também custodiava a documentação produzida por seus familiares, notadamente seu pai, o general e deputado federal Lêonidas Cardoso, e de sua esposa, Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso, antropóloga e fundadora do Programa Comunidade Solidária, órgão responsável pela criação e difusão de projetos sociais fomentados a partir da parceria firmada entre o governo federal e a iniciativa privada.

Diante de uma vasta gama de documentos que, por vezes, ultrapassam a linha tênue entre o “público” e o “privado”, os responsáveis pela organização do acervo sob a guarda da Fundação FHC se apoiaram em constantes pesquisas realizadas em diversas fontes de informação de natureza histórica, política e econômica a fim de que o contexto necessário à compreensão dos documentos fosse efetivamente estabelecido. Nesse sentido, em face de um arquivo complexo e multifacetado como o de Fernando Henrique Cardoso e de seus familiares, a opção por uma abordagem contextual se mostrou mais adequada e coerente aos princípios basilares da Arquivologia.

## 2 A abordagem contextual e a organização de arquivos pessoais

Os documentos de arquivo se distinguem dos demais documentos pela natureza de sua produção: são gerados no decorrer de atividades sem outras intenções que não sejam a adequada execução e/ou comprovação

destas mesmas atividades. Dotados de uma relação contextual, orgânica e natural com a sua entidade produtora, os documentos arquivísticos “inerentemente refletem as funções, programas e atividades da pessoa ou instituição que os produziu” (COOK, 2017, p. 9).

De acordo com Duranti (1994), a capacidade de provar as ações e as transações que lhe deram origem se assenta em um conjunto de características intrínsecas aos documentos de arquivo, a saber: imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade. Segundo a autora, a imparcialidade se refere à fidelidade dos documentos arquivísticos aos atos realizados pelo produtor, de modo que estes são produzidos segundo “rotinas processuais” com a intenção expressa de viabilizar as atividades que registram. Por seu turno, a autenticidade está diretamente associada ao *continuum* de criação, manutenção e custódia. Em função de sua capacidade de comprovar como foram criados, mantidos e conservados, os documentos arquivísticos se tornam autênticos, pois são fiéis às atividades que os geraram, e assim se mantêm ao longo do tempo (DURANTI, 1994, p. 51). Já a naturalidade se refere ao modo como os documentos se acumulam no curso das transações, diferenciando-se, assim, das coleções reunidas de forma artificial e arbitrária.

O inter-relacionamento aponta para a “coesão espontânea” que entrelaça documentos entre si e as atividades que os geraram. Em outros termos, no universo dos arquivos, os documentos arquivísticos não possuem autonomia de significado. Pelo contrário, são interdependentes no que se refere ao seu significado e a sua capacidade comprobatória. Assim, os documentos de arquivo estão ligados entre si por um “elo” criado no momento de sua produção, o qual é “determinado pela razão de sua produção e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado, confiabilidade e autenticidade” (DURANTI, 1994, p. 52). A unicidade, quinta e última característica do documento de arquivo, segundo Duranti, diz respeito ao fato de que os documentos de arquivo conservam seu caráter único em função do contexto em que foram produzidos (DURANTI, 1994, p. 52).

Da mesma forma, Ana Maria de Almeida Camargo (2009) assinala que a autenticidade dos documentos de arquivo depende de sua natureza contextual, aspecto em que reside a capacidade de refletir as atividades que lhe deram origem (CAMARGO, 2003, p. 12). Essa “natureza contextual” confere aos documentos “tempo e circunstância, cujo significado pleno só é alcançado no âmbito das relações que mantêm entre si” (CAMARGO, 2003, p. 15).

Por sua vez, em que pese a relação indissociável entre o contexto de produção e o documento de arquivo, ao focalizarmos o tratamento comumente dispensado aos

arquivos pessoais é possível observar que estes nem sempre são tratados em conformidade à teoria arquivística. Com efeito, muitos itens documentais em arquivos pessoais são rejeitados tão logo são recolhidos por instituições de custódia, destituindo-se, assim, “o conjunto de parcelas que ajudariam a compor uma representação mais completa da trajetória do ente produtor” (CAMARGO, 2009, p. 29-30).

Em grande medida, os arquivos pessoais são organizados sem que a qualidade probatória dos documentos seja efetivamente assegurada. Conforme André Ancona Lopez (2003, p. 74), no momento em que o contexto de produção deixa de ser “diretriz da organização documental, os processos e funções responsáveis pela produção dos documentos tendem a ser ignorados” e, embora a “informalidade caracterize os procedimentos e os documentos gerados”, isto não impede que os princípios da arquivística sejam aplicados.

Ao abordar os arquivos pessoais no âmbito da teoria arquivística, Jorge Phelipe Lira de Abreu conclui que, uma vez identificadas a proveniência e as relações entre os documentos desse conjunto, “não parece existir caminho mais apropriado que pela teoria arquivística para que seu contexto não seja perdido, bem como seu caráter probatório, no sentido de evidência das atividades, interesses e relações do titular” (ABREU, 2016, p. 33). Ainda segundo o autor:

[...] os arquivos pessoais devem se sustentar pelas razões que lhe deram origem. Qualquer abordagem que transgrida o Princípio da Proveniência e a relação orgânica existente entre os documentos comprometerá a qualidade mais cara dos arquivos, seu valor probatório (ABREU, 2016, p. 35).

Em artigo já citado, Camargo (2009, p. 29) aponta para preferência das instituições responsáveis pela custódia de arquivos pessoais sobre determinados itens documentais em detrimento de outras. No caso de escritores, artistas plásticos, cientistas e políticos, essas instituições “manifestam nítida preferência pelos documentos remanescentes dos estágios anteriores e das versões da obra” (CAMARGO, 2009, p. 29), a exemplo de esboços, minutas, rascunhos, originais, matrizes, negativos etc. Ao supor que determinados documentos possam oferecer indícios da gênese e do desenvolvimento dos processos de criação, conhecimento e tomada de decisões, alguns documentos tidos como relevantes são mantidos para a pesquisa, enquanto aqueles que não se enquadram nos critérios de relevância dos pesquisadores são descartados:

Muitas das operações seletivas que integram o protocolo de aquisição chegam a rejeitar *in limine* certas espécies, destituindo o conjunto de parcelas que ajudariam a compor uma representação mais completa da trajetória do ente produtor (CAMARGO, 2009, p. 29).

Para a autora, essas ações são sintomáticas de uma

“abordagem focada exclusivamente na informação”, que “deixa de levar em conta as marcas funcionais que lhe são incorporadas pelo contexto de uso e que são necessariamente distintas, conforme a entidade produtora” (CAMARGO, 2009, p. 29). Segundo a autora,

[...] organizar e descrever qualquer arquivo em função de seu valor secundário significa retirar dele, exatamente, os atributos probatórios próprios de sua relação com o contexto de origem (CAMARGO, 2009, p. 31).

Nessa mesma perspectiva, Lopez (2003) assinala que, em arquivos pessoais, a função dos documentos acumulados muitas vezes é apartada dos aspectos informativos imediatos. Entretanto, tais ligações “somente são possíveis quando tais documentos são encarados como documentos de arquivo, reinsertados no contexto de produção do titular” (LOPEZ, 2003, p. 76).

O autor conclui que o conteúdo informativo tem importância apenas dentro do quadro do contexto de produção arquivístico e que, com “o império da informalidade” e com a inclusão de inúmeros documentos recolhidos das mais diversas origens, “a distinção entre o contexto de produção e o conteúdo informativo do documento revela-se mais importante” (LOPEZ, 2003, p. 77-78). De acordo com Lopez:

[...] os conteúdos informativos de documentos arquivísticos (pessoais, ou não) quando descolados do contexto de produção podem permitir múltiplas interpretações. No entanto, a redescoberta do sentido original para o titular do acervo apenas será possível se a teoria e os princípios arquivísticos se mantiverem intactos, re-compondo a ordem original da produção arquivística. (LOPEZ, 2003, 79-80).

### 3 A tipologia documental e a abordagem contextual

Desenvolvida na década de 1980 pelo *Grupo de Trabajo de Archiveros Municipales de Madrid*, a tipologia documental se destaca da Diplomática quanto ao seu objeto de estudo. Enquanto esta última estuda a configuração interna do documento, o estudo jurídico das partes e dos seus caracteres para aquilatar sua autenticidade e fidedignidade, a primeira “o estuda como componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade” (BELLOTTO, 2006, p. 52). Segundo Bellotto (2006, p. 52) “a tipologia volta-se para a lógica orgânica dos conjuntos documentais: a mesma construção diplomática em todos os documentos do mesmo, para que se disponha sobre ou cumpra a mesma função”. A autora cita ainda Heredia Herrera (1985) ao destacar que a tipologia acaba por privilegiar “o conjunto orgânico no qual o documento se situa e não o ‘discurso’ de cada um” (BELLOTTO, 2006, p. 53).

Assim como na Arquivologia, o campo de aplicação da tipologia documental gira em torno da relação entre os elementos com as atividades institucionais e pessoais e tem como objetivos sucessivos estabelecer/reconhecer a origem/proveniência; o vínculo com as competências, funções atividades do produtor; a associação entre a espécie e o tipo documental; e, por fim, o conteúdo e a datação (BELLOTTO, 2006, p. 53).

Convém, ainda para a compreensão da tipologia documental, definir espécie e tipo documental. A primeira como “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” e a segunda como “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” (BELLOTTO, 2006, p. 56). O tipo documental é, portanto, a “aplicação de uma *actio* em uma *conscriptio*” (BELLOTTO, 2006, p. 57). Assim, a análise diplomática sob a ótica da Arquivologia tem como elemento inicial a entidade produtora, sendo o percurso: da competência do produtor à sua estrutura e desta ao modo como funciona. Segue-se a análise do seu funcionamento à atividade, que é o motivo da gênese dos documentos e nos quais se reflete, e, por fim, a partir da atividade, o tipo e a espécie.

Mattos e Schmidt apontam, ainda, para a possibilidade de se aplicar a análise tipológica em documentos discricionários, ou seja, “documentos de diferentes linguagens, suportes, técnicas de registro e formatos, e que, muitas vezes, resultam de atividades que não correspondem a atos de caráter jurídico” (2017, p. 2). Para os autores, identificar o tipo documental de um documento de arquivo permite apreender o “nexo” entre o documento e seu contexto de produção (MATTOS; SCHMIDT, 2017, p. 3). E esse vínculo é mantido de maneira mais “eficiente” através da nomeação adequada, a partir da espécie, por meio da qual determinada função é exercida (CAMARGO, 2015, p. 293).

Sob essa perspectiva, Camargo e Goulart analisam as vantagens da abordagem contextual na aplicação dos estudos em tipologia documental. De acordo com as autoras, tal abordagem pressupõe a necessidade de “tratar o arquivo pessoal como conjunto indissociável” e que suas partes apenas possuem sentido ao se considerar suas muitas articulações e “seus nexos com as atividades e funções” que as geraram (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 35-36).

Esse “esforço de contextualização” é a base da metodologia arquivística e fundamental para a manutenção da organicidade, de tal modo que qualquer dificuldade em identificar os documentos discricionários não pode ser um obstáculo para a análise tipológica” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 35-36). Assim, deve-se pesquisar as “circunstâncias concretas de acumulação documental” (MATTOS;

SCHMIDT, 2017, p. 8) a fim de identificar adequadamente o tipo documental.

Há ainda, e pode-se notar de forma especial, a vantagem de uma abordagem contextual da tipologia documental sobre os ditos, de forma equivocada, “objetos tridimensionais”, que não utilizam “linguagem escrita para viabilizar certas ações e, a *posteriori*, para provar que essas mesmas ações se realizaram” (CAMARGO, 2015, p. 16). Como afirma Camargo (2015), o uso de linguagem escrita e o recurso de fórmulas “remetem para o contexto de origem” e reduzem a “margem de ambiguidade”. Para o caso, por exemplo, dos objetos “tridimensionais” – muito comuns em arquivos pessoais – é inviável o uso da abordagem tradicional da tipologia documental, o que reforça os argumentos da autora sobre a abordagem contextual na identificação de tipos documentais, bem como na descrição de documentos arquivísticos pessoais, principalmente aqueles dotados de fórmulas e estruturas que fogem das regras estabelecidas pelo ordenamento jurídico-administrativo.

#### 4 Documentos em seu contexto: a experiência da Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC)

Partindo de sua experiência com o tratamento da documentação custodiada pela Fundação FHC, Camargo (2015) apresenta algumas propostas de descrição adotadas frente à complexidade daquele acervo, todas elas calcadas na criteriosa compreensão do contexto de produção dos documentos. Reconhecendo que “a solenidade do suporte não pode obscurecer a natureza do documento, cuja linguagem e fórmula não deixam margem a dúvidas” (Camargo, 2015, p. 23), apresentaremos a seguir alguns exemplos inusitados e, ao mesmo tempo, elucidativos das especificidades dos arquivos pessoais e dos desafios que impõem aos arquivistas.

O caderno de enquetes (Figura 1), compreendido como um caderno que circula entre colegas de escola para que nele registrem suas preferências e opiniões sobre assuntos diversos, poderia ser facilmente confundido com uma agenda. Por sua vez, servindo de “suporte a inúmeras perguntas, cada qual submetida a pessoas diferentes” (CAMARGO, 2015, p. 20), o caderno de enquetes é descrito com base em produtor e o seu contexto de produção: “caderno de enquete utilizado para o registro de opiniões de Fernando Henrique Cardoso, Célio Benevides de Carvalho, Luiz Carlos da Costa e Luiz Ventura, quando alunos do colégio São Paulo (1945-1948)” (CAMARGO, 2015, p. 20-21).

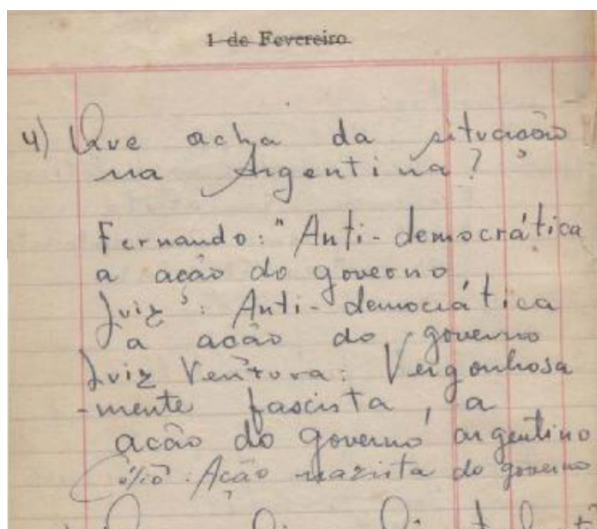


Figura 1. Caderno de enquetes. Acervo Presidente F. H. Cardoso

Embora a denominação de alguns documentos possa ser facilmente identificada, para outros apenas “a persistência de certos hábitos permite reconhecer documentos que, à primeira vista, não revelam seu sentido” (CAMARGO, 2015, p. 21). O caso do caderno de enquête revela, por exemplo, a importância desses hábitos e do estudo de comportamentos sociais para a definição dos termos corretos.

Ademais, a autora aponta para alguns tipos de ambiguidades presentes no arquivo de Fernando Henrique Cardoso, em que dois tipos documentais são passíveis de serem identificados em um mesmo suporte. Na Figura 2 coexistem dois documentos num só: tabela de jogos (relação das partidas de um campeonato esportivo, com suas respectivas datas) e panfleto (texto de propaganda eleitoral impresso em folha avulsa, com informações sucintas sobre determinado candidato) (CAMARGO, 2015, p. 23).

GRUPO A	GRUPO B	SEGUNDA FASE	
PAUL ANDRÉ CORREIA DO SOUZA	BRUNO FRANCO BRUNO	18	0,0 0,0
GRUPO C	GRUPO D	19	0,0 0,0
FRANCA CARVALHO LUIZ FERREIRA MENDONÇA	BRUNO FRANCO BRUNO BRUNO DO SOUZA	20	0,0 0,0
GRUPO E	GRUPO F	21	0,0
ALVARO DE SILVA BRUNO FRANCO FRANCO	BRUNO FRANCO BRUNO BRUNO DO SOUZA	22	0,0
17 de Maio A	17 de Maio A	23	0,0
17 de Maio B	17 de Maio B	24	0,0
17 de Maio C	17 de Maio C	25	0,0
17 de Maio D	17 de Maio D	26	0,0
17 de Maio E	17 de Maio E	27	0,0
17 de Maio F	17 de Maio F	28	0,0
17 de Maio G	17 de Maio G	29	0,0
17 de Maio H	17 de Maio H	30	0,0
17 de Maio I	17 de Maio I	31	0,0
17 de Maio J	17 de Maio J	32	0,0
17 de Maio K	17 de Maio K	33	0,0
17 de Maio L	17 de Maio L	34	0,0
17 de Maio M	17 de Maio M	35	0,0
17 de Maio N	17 de Maio N	36	0,0
17 de Maio O	17 de Maio O	37	0,0
17 de Maio P	17 de Maio P	38	0,0
17 de Maio Q	17 de Maio Q	39	0,0
17 de Maio R	17 de Maio R	40	0,0
17 de Maio S	17 de Maio S	41	0,0
17 de Maio T	17 de Maio T	42	0,0
17 de Maio U	17 de Maio U	43	0,0
17 de Maio V	17 de Maio V	44	0,0
17 de Maio W	17 de Maio W	45	0,0
17 de Maio X	17 de Maio X	46	0,0
17 de Maio Y	17 de Maio Y	47	0,0
17 de Maio Z	17 de Maio Z	48	0,0
17 de Maio AA	17 de Maio AA	49	0,0
17 de Maio AB	17 de Maio AB	50	0,0
17 de Maio AC	17 de Maio AC	51	0,0
17 de Maio AD	17 de Maio AD	52	0,0
17 de Maio AE	17 de Maio AE	53	0,0
17 de Maio AF	17 de Maio AF	54	0,0
17 de Maio AG	17 de Maio AG	55	0,0
17 de Maio AH	17 de Maio AH	56	0,0
17 de Maio AI	17 de Maio AI	57	0,0
17 de Maio AJ	17 de Maio AJ	58	0,0
17 de Maio AK	17 de Maio AK	59	0,0
17 de Maio AL	17 de Maio AL	60	0,0
17 de Maio AM	17 de Maio AM	61	0,0
17 de Maio AN	17 de Maio AN	62	0,0
17 de Maio AO	17 de Maio AO	63	0,0
17 de Maio AP	17 de Maio AP	64	0,0
17 de Maio AQ	17 de Maio AQ	65	0,0
17 de Maio AR	17 de Maio AR	66	0,0
17 de Maio AS	17 de Maio AS	67	0,0
17 de Maio AT	17 de Maio AT	68	0,0
17 de Maio AU	17 de Maio AU	69	0,0
17 de Maio AV	17 de Maio AV	70	0,0
17 de Maio AW	17 de Maio AW	71	0,0
17 de Maio AX	17 de Maio AX	72	0,0
17 de Maio AY	17 de Maio AY	73	0,0
17 de Maio AZ	17 de Maio AZ	74	0,0
17 de Maio BA	17 de Maio BA	75	0,0
17 de Maio BB	17 de Maio BB	76	0,0
17 de Maio BC	17 de Maio BC	77	0,0
17 de Maio BD	17 de Maio BD	78	0,0
17 de Maio BE	17 de Maio BE	79	0,0
17 de Maio BF	17 de Maio BF	80	0,0
17 de Maio BG	17 de Maio BG	81	0,0
17 de Maio BH	17 de Maio BH	82	0,0
17 de Maio BI	17 de Maio BI	83	0,0
17 de Maio BJ	17 de Maio BJ	84	0,0
17 de Maio BK	17 de Maio BK	85	0,0
17 de Maio BL	17 de Maio BL	86	0,0
17 de Maio BM	17 de Maio BM	87	0,0
17 de Maio BN	17 de Maio BN	88	0,0
17 de Maio BO	17 de Maio BO	89	0,0
17 de Maio BP	17 de Maio BP	90	0,0
17 de Maio BQ	17 de Maio BQ	91	0,0
17 de Maio BR	17 de Maio BR	92	0,0
17 de Maio BS	17 de Maio BS	93	0,0
17 de Maio BT	17 de Maio BT	94	0,0
17 de Maio BU	17 de Maio BU	95	0,0
17 de Maio BV	17 de Maio BV	96	0,0
17 de Maio BW	17 de Maio BW	97	0,0
17 de Maio BX	17 de Maio BX	98	0,0
17 de Maio BY	17 de Maio BY	99	0,0
17 de Maio BZ	17 de Maio BZ	100	0,0

Figura 2. Propaganda política. Acervo Presidente F. H. Cardoso

contextos distintos, quais sejam: a Copa do Mundo realizada no México, em 1986, e a campanha eleitoral de Fernando Henrique Cardoso, que no mesmo ano concorria ao Senado Federal. Com efeito, a escolha do contexto por ocasião da descrição recaiu, segundo destaca a autora, sobre o tipo que representa a função primordial do documento: a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

O documento a seguir representa uma amostra de outra ambiguidade comum aos arquivos pessoais (Figura 3). O termo “santinho” pode corresponder à imagem de um santo, indicando principalmente uma prática religiosa, mas pode ser igualmente usado para um “prospecto de propaganda eleitoral, com retrato e um número de candidato a cargo público” (CAMARGO, 2015, p. 24).



Figura 3. Santinho. Acervo Presidente F. H. Cardoso

Esse tipo de ocorrência, explica a autora, é muito comum em campanhas políticas onde:

[...] uma gama variadíssima de adereços, peças de vestiário e utensílios serve para angariar voto. Ocorre também, com igual intensidade, nos processos de propaganda cujo propósito é enaltecer produtos, serviços, marcas e conceitos, com fins ideológicos ou comerciais (CAMARGO, 2015, p. 23).

Como é possível observar, identificam-se dois

## 5 Conclusão

Os princípios arquivísticos analisados visam à manutenção do sentido que os arquivos possuem como decorrência de sua natureza de produção e acumulação. O *respect des founds*, sua dimensão externa, o princípio da proveniência, e sua dimensão interna, a ordem original, guiam os arquivistas ao (re)estabelecimento do sentido do conjunto documental, possibilitando a leitura e a interpretação das informações dentro e fora dos documentos através do contexto de produção.

Quanto aos requisitos para identificar e preservar o valor probatório, referenciamos o “valor de matéria provada” apontado por Schellenberg (2006), que está relacionado ao nexos dos documentos arquivísticos com as atividades que os geraram. Embora a autenticidade seja aferida pelo grau de controle sobre a produção, uso e preservação dos arquivos, o valor probatório se mantém pelo vínculo arquivístico – o nexos entre os documentos e as atividades, entre os documentos entre si e entre os documentos e o produtor.

A partir da análise dos estudos em arquivos pessoais, podemos considerar os arquivos de pessoas físicas assim como os arquivos de pessoas jurídicas e suas particularidades, decorrência da lógica de produção e acumulação de pessoas físicas, que não impedem a aplicação dos princípios arquivísticos, sendo possível identificar nesses documentos as características inerentes dos arquivos e o nexos entre os documentos e as ações de que se originam.

Por fim, a partir das experiências no tratamento dos fundos de pessoas físicas custodiados pela Fundação Fernando Henrique Cardoso, procuramos enfatizar as vantagens advindas do emprego da tipologia documental e da abordagem contextual enquanto ferramentas capazes de auxiliar os arquivistas na descrição e na preservação do contexto de produção, permitindo, assim, a manutenção do valor de prova dos “documentos discricionários” presentes nos arquivos pessoais.

## Referências

- ABREU, Jorge Phelipe Lira de. Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (Org.). *Arquivos privados: abordagens plurais*. São Paulo: ARQ-SP, 2016. p. 24-36.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo), 1996.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.
- \_\_\_\_\_. Sobre o valor histórico dos documentos. *Revista do arquivo do município de Rio Claro*: Rio Claro, n.1, p. 11-17, 2003.
- \_\_\_\_\_; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- \_\_\_\_\_. Arquivos Pessoais são Arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n.2, p. 26-39, jul-dez. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Glossário de termos utilizados na descrição do Acervo*. São Paulo: Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2014.
- \_\_\_\_\_. Sobre espécies e tipos documentais. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Fundação FHC, 2015. p. 14-30.
- \_\_\_\_\_. Síntese dos principais temas e discussões. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Fundação FHC, 2015, p. 286-294.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricas*, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós custodial*. Tradução de Sílvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.
- DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.
- DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 47-74.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jul. 1994.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. *Boletín de la Anabad*, v. 56, n. 3, p. 13-35, 2006.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (Org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. p. 303-341.

LOPEZ, André P. Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá*, Niteroi, v. n. 15, p. 69-82, 2003.

MATTOS, Renato de. A difícil tarefa de dar nome aos documentos. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*, v. 30, p. 74-88, 2017.

\_\_\_\_\_; SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Tipologia de documentos discricionários: a análise dos glossários de espécies e tipos documentais do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e da Fundação Fernando Henrique Cardoso. In: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz. (Orgs.). *A ciência aberta: o contributo da Ciência da Informação. Atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC*. Coimbra: Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2017, p. 1415-1424.

RODRIGUES, Ana Célia. *Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística*. Estudos Avançados em Arquivologia. Marília: Cultura Acadêmica, p. 197-215, 2012

RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). *Dar nome aos documentos: da teoria à prática*. São Paulo: Fundação FHC, 2015, p. 158-181.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivo & Administração*, v. 2, n. 10-4, p. 62-76, 1986.

SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.